

# A ESCRAVIDÃO NO ANTIGO EGITO: O CARÁTER DO TRABALHADOR COMPULSÓRIO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO SEXTO ANO.<sup>1</sup>

Esther Pessoa Costa<sup>2</sup>, Alexandre Galvão Carvalho<sup>3</sup>.

## RESUMO

As discussões acerca do escravo egípcio permeiam as áreas da historiografia. Temas como esse são reproduzidos de maneira equivocada nos livros didáticos do Ensino Básico, o que retrata ainda uma lacuna na maneira em que o Ensino de História enxerga o trabalhador compulsório, que é um agente humano e singular de cada período e sociedade e sujeito a uma série de especificidades em sua construção, bem como sua interação com outras realidades sociais. No caso do Egito Antigo, o conceito de escravo mercadoria, não pode ser aplicado ao tipo de escravidão ou servidão exercida nos períodos do império egípcio, assim como não se pode generalizar outros aspectos como um único grupo de trabalhadores com uma limitação de função, sem levar em conta que existiam inúmeros grupos e diversas nomenclaturas que representavam cada grupo de servo ou trabalhador compulsório, e bem como os tipos de trabalhos exercidos por cada grupo. Constantemente, o livro didático caracteriza o escravo/servo egípcio enquanto o escravo apenas de guerra, sem direitos e o responsável pelos trabalhos mais pesados da sociedade, esquecendo de demonstrar as características desses escravos, do Reino Antigo ao Reino Novo, e as implicações que as políticas de deportação e os aspectos de agência dentro da sociedade egípcia criam um novo quadro do trabalho compulsório no Egito Antigo. Partindo da análise de livros didáticos do 6º ano do Ensino fundamental e das Habilidades e Competências propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a unidade temática em questão, dialogaremos com as reflexões de historiadores como Ciro Cardoso (1987), Antonio Loprieno (2012), Kostas Vlassopoulos (2022) e Christian Langer (2017), sobre as representações do escravo no Egito Antigo. Por fim, agradeço à FAPESB pela viabilidade desta pesquisa por meio da bolsa de Iniciação científica.

**PALAVRAS-CHAVE:** BNCC, Ensino de História antiga, Trabalho compulsório no Egito antigo.

## SLAVERY IN ANCIENT EGYPT: THE CHARACTER OF COMPULSORY WORK IN SIXTH GRADE TEXTBOOKS.

### ABSTRACT

Discussions about the Egyptian slave permeate the areas of historiography. Themes like this are incorrectly reproduced in Basic Education textbooks, which further portrays a gap in the way History Teaching sees the compulsory worker, who is a human and unique agent of each period and society. In the case of Ancient Egypt, the concept of commodity slave cannot be applied to the type of slavery or servitude carried out during the periods of the Egyptian empire, nor can it be generalized to other aspects such as a single group of workers with a limited role. The textbook constantly characterizes the Egyptian slave/servant as a war slave only, without rights and responsible for the

---

<sup>1</sup> Órgão financiador da pesquisa - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).

<sup>2</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e bolsista PIBIC/Fapesb, esthercostta2001@gmail.com

<sup>3</sup> Orientador e Docente do departamento de História da UESB, doutor em História social, coordenador do LEHAM, alexandre.galvao@uesb.edu.br

heaviest work in society. Starting from the analysis of textbooks from the 6th year of elementary school and the Skills and Competencies proposed by the National Common Curricular Base (BNCC) for the thematic unit in question, we will dialogue with the reflections of historians such as *Ciro Cardoso (1987)*, *Antonio Loprieno (2012)*, *Kostas Vlassopoulos (2022)* and *Christian Langer (2017)*, on the representations of slaves in Ancient Egypt. Finally, I thank FAPESB for the feasibility of the research through the Scientific Initiation scholarship.

## INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido aqui, sob a orientação do professor Alexandre Galvão Carvalho, tem como temática geral os Diálogos entre a História Antiga e o Ensino de História e, como tema específico, a questão da servidão e o caráter do trabalhador compulsório no antigo Egito. Além disso, tem como objetivos específicos, analisar a maneira pela qual se constituem essas discussões, sobretudo a respeito do trabalho compulsório no Egito Antigo, e a representação do trabalhador compulsório nos livros didáticos do sexto ano. Vale destacar que o termo “escravo” será utilizado no decorrer da pesquisa, pois diz respeito à condição servil do trabalhador, diferente do trabalhador livre submetido à corveia estatal e do escravo-mercadoria, predominante no mundo greco romano. Assim, o livro didático, enquanto fonte, servirá para confirmar a escassez das descrições e detalhes a respeito do escravo do Egito Antigo, enquanto agente histórico de seu período, as políticas de deportação para o crescimento de um grupo específico do trabalho forçado (os estrangeiros) e as diversas funções de servidão de cada grupo, bem como as lacunas que o material didático apresenta com respeito ao que é proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), suas competências e habilidades para a área.

## MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo de perfil analítico, teve como base para a sua formulação teórico metodológica uma revisão bibliográfica das pesquisas dos historiadores *Ciro Flamarion Cardoso (1987)*, *Antonio Loprieno (2012)* *Kostas Vlassopoulos (2022)* e *Christian Langer (2017)*. Os trabalhos estudados e analisados, trazem aspectos da estrutura econômica e social do Egito Antigo, bem como as formas de trabalhos não-livres praticados ao longo de cada período do Egito faraônico: Reino Antigo, Médio e Novo e os períodos intermediários, além de explicar conceitos utilizados para a realização da pesquisa como agência e comunidades subalternas.

Após a análise das fontes secundárias escolhidas para fomentar o trabalho, foi realizado um processo de diálogo com o ensino de história através do estudo da BNCC e sua proposta para o ensino de história antiga bem como as competências e habilidades estudadas na unidade temática.

Os livros analisados foram, nessa ordem: o primeiro livro foi o “Teláris História” da editora Ática (1º edição de 2018), unidade temática destinada ao ensino do Egito Antigo, capítulo 4: “A Antiga Civilização Egípcia”. o segundo livro didático analisado foi o “Historiar” da editora Saraiva (3ª edição de 2018), unidade temática; capítulo 6: “Egito Antigo e o Reino de Cuxe”. O terceiro foi o “História. doc” da editora Saraiva (2ª edição de 2018), unidade temática; capítulo 4: “Egito e Mesopotâmia”. O quarto foi o “História, Sociedade e Cidadania” da editora FTD (4ª edição de 2018), unidade temática; capítulo 5: “Egito e Kush”. Por fim, o quinto livro, foi o “A Conquista, História” da editora FTD (1ª edição de 2022), a unidade temática; capítulo 4: “A Civilização Egípcia”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tentativa de convergência entre o ensino de história e a história antiga, no estudo sobre o caráter do escravo egípcio, bem como suas diversas facetas, recorremos a análise de sua representação no livro didático. Nos cinco livros, o escravo egípcio é descrito como aquele responsável pelo trabalho mais pesado, o que é escravo geralmente por guerra e aquele que não é possuidor de nenhum direito. Entretanto, Ciro Cardoso (1987), vai explicar que o escravo egípcio, diferente do escravo-mercadoria na modernidade, possuía uma personalidade jurídica, (CARDOSO, p.28, 1987). Além de possuir esses direitos, os escravos por guerra só existiram em maior quantidade no período da XVIIIª dinastia do Egito Antigo, para comprovar que o escravo de guerra é agente específico do Reino Novo e expansão militar egípcia. (CARDOSO, p.27, 1987).

Os historiadores Antonio Loprieno (2012) e Christian Langer (2017), vão destacar que a medida que o poder das dinastias se modifica, há também o surgimento de uma nomenclatura que diferencia, o escravo fugitivo da corveira (*mrt*) no Reino Médio, do escravo estrangeiro (*hm*) trazido no Reino Novo (LOPRIENO, p. 8-9, 2012), sobretudo com o aumento das deportações de localidades dominadas pelo egípcios e das migrações desses escravos para o Reino, de maneira forçada (LANGER, p. 41, 2017). Além disso, Cardoso (p.97, 1987), vai dizer que os escravos também trabalham com artesanato e atividades domésticas e não apenas com o trabalho pesado.

Por fim, foi visto que, aspectos ligados a diversidade das comunidades subalternas e suas amplas ‘redes de sociabilidade’ (VLASSOPOULOS, p.43, 2022) são ainda questões em confronto direto com a perspectiva que não diferencia as especificidades de cada agente histórico, nesse caso, o escravo egípcio no livro didático.

## CONCLUSÕES

Em resumo, pode-se destacar alguns resultados desse diálogo entre a historiografia e o material didático. O primeiro deles é que os estudos atuais acerca das escravidão antiga e o caráter do trabalho compulsório precisam ser melhor explorados nos livros didáticos, inclusive interpretando melhor os historiadores paradigmáticos que abordam o tema. O segundo resultado é o de que, as habilidades que o livro didático garante trabalhar na unidade temática escolhida, não são perpetuadas nas descrições das informações do material didático, pois são habilidades que garantem a diferenciação da escravidão antiga e moderna (EF06HI17), que destacam as diferentes dinâmicas de abastecimento e as formas de organização social do trabalho na sociedade estudada (EF06HI16) e que prevê os diferentes significados da cultura material e oral das sociedades estudadas (EF06HI07).

Os aspectos das habilidades propostas pela BNCC, apesar de serem citados e minimamente atendidos no conteúdo, são ainda bastante gerais e lineares, o que não permite que aluno do sexto ano do Ensino Fundamental II, perceba o caráter do trabalhador compulsório do Egito Antigo e muito menos diferencie esse trabalhador, servo e escravo, como agentes de seu próprio meio histórico e com variações. Nesse sentido, as questões de agência e identidade desses trabalhadores compulsórios, bem como as variações de sua nomenclatura, no tempo e na sociedade em que estavam inseridos, por meio dos tipos de trabalho, posições sociais e aspectos jurídicos, representam um fragmento complexo, reflexo de uma sociedade mais ampla e diversa, com políticas econômicas, militares e sociais diversas, como foi o Egito Antigo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
2. CARDOSO, F. C. **Trabalho Compulsório na Antiguidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
3. FUNARI, P. **Epilogue: Agência, passado, presente e futuro**. In: Cyril Courier and Julio Cesar Magalhães de Oliveira, eds. 2022. *Ancient History from Below: Subaltern Experiences and Actions in Context*. London: Routledge. Pp. 35-54.
4. LANGER, C. **Forced Migration in New Kingdom Egypt: Remarks on the Applicability of Forced Migration Studies Theory in Egyptology**. Golden House Publications (GHP Egyptology 26) - London, 2017, pp 39-51
5. LOPRIENO, A. **Escravidão e Servidão**. Los Angeles: UCLA Encyclopedia of Egyptology, Vol. 1, novembro de 2012.

6. VLASSOPOULOS, K. **Subaltern community formation in antiquity; some methodological reflections**. In: Cyril Courrier and Julio Cesar Magalhães de Oliveira, eds. 2022. *Ancient History from Below: Subaltern Experiences and Actions in Context*. London: Routledge. Pp. 35-54.